

SUMÁRIO

PARTE I TEORIA GERAL DOS RECURSOS

Capítulo 1	
NOÇÕES GERAIS SOBRE RECURSOS	25
1.1. Os recursos.....	25
1.1.1. Conceito de recurso	26
1.1.1.1. Os objetivos dos recursos: reforma, anulação e integração	28
1.1.1.2. Funções dos recursos	30
1.1.1.3. Outros meios de impugnação a decisões judiciais: as ações autônomas e os sucedâneos recursais.....	31
1.1.2. Natureza jurídica dos recursos.....	39
1.1.3. Classificações dos recursos.....	40
1.1.3.1. Recursos totais ou parciais	40
1.1.3.2. Recursos de fundamentação livre ou vinculada	41
1.1.3.3. Recursos ordinários ou extraordinários.....	43
1.1.3.4. Recursos independentes ou subordinados. O recurso adesivo.....	44
1.1.4. Atos sujeitos a recurso	45
1.1.5. Negócios processuais sobre recursos?	50
Capítulo 2	
PRINCÍPIOS DOS RECURSOS.....	55
2.1. Noções gerais.....	55
2.1.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	56
2.1.2. Princípio da taxatividade	59
2.1.3. Princípio da voluntariedade.....	61
2.1.4. Princípio da proibição da <i>reformatio in peius</i>	62
2.1.5. Princípio da dialeticidade ou discursividade.....	66

2.1.6.	Princípio da complementaridade.....	67
2.1.7.	Princípio da singularidade, unirrecorribilidade ou unicidade.....	68
2.1.7.1.	Princípio da singularidade e a impugnação de mais de uma decisão por meio de um só recurso	72
2.1.8.	Princípio da fungibilidade.....	72
2.1.9.	O princípio do aproveitamento dos recursos ou da primazia do mérito recursal.....	81
Capítulo 3		
JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE E JUÍZO DE MÉRITO		85
3.1.	Noções gerais.....	85
3.1.1.	Natureza da decisão que realiza juízo de admissibilidade.....	87
3.1.2.	Requisitos de admissibilidade.....	90
3.1.2.1.	Tempestividade.....	90
3.1.2.4.	Preparo.....	98
3.1.2.5.	Regularidade formal.....	105
3.1.2.6.	Cabimento.....	107
3.1.2.7.	Legitimidade para recorrer.....	107
3.1.2.8.	Interesse em recorrer.....	110
3.1.2.9.	Inexistência de fato extintivo ou impeditivo ao direito de recorrer.....	117
3.2.	Juízo de mérito.....	119
Capítulo 4		
EFEITOS DOS RECURSOS		121
4.1.	Noções gerais.....	121
4.1.1.	Efeito obstativo ou impeditivo.....	121
4.1.2.	Efeito suspensivo.....	123
4.1.3.	Efeito devolutivo.....	126
4.1.4.	Efeito translativo.....	128
4.1.5.	Efeito regressivo.....	130
4.1.6.	Efeito expansivo.....	132
4.1.7.	Efeito substitutivo.....	135
Capítulo 5		
HONORÁRIOS RECURSAIS		139
Capítulo 6		
DA ORDEM DOS PROCESSOS NOS TRIBUNAIS		151
6.1.	Da necessidade de organização de procedimentos perante os tribunais	151
6.2.	Distribuição.....	152

6.2.1.	Prevenção de relator	153
6.3.	O relator	155
6.3.1.	Poderes do relator	156
6.3.2.	O julgamento monocrático (art. 932, IV e V)	160
6.4.	Inclusão em pauta	163
6.5.	Sessão de julgamento	165
6.5.1.	Sustentação oral.....	166
6.5.2.	Questão preliminar no julgamento. Vício sanável. Conversão do julgamento em diligência.....	170
6.5.3.	O pedido de vista.....	174
6.5.4.	Proclamação do resultado. Mudança de voto. Quórum de decisão. O voto vencido.....	176
6.5.5.	Publicação do acórdão	179
6.5.6.	Técnica de ampliação de colegiado para julgamento de apelação, agravo de instrumento e ação rescisória	180
6.5.6.1.	O fim dos embargos infringentes e sua substituição por uma técnica de ampliação de colegiado	180
6.5.6.2.	Cabimento	181
6.5.6.3.	Exclusões	186
6.5.6.4.	A problemática da dispersão de votos.....	187

PARTE II OS RECURSOS EM ESPÉCIE

Capítulo 7 **APELAÇÃO** **191**

7.1.	Noções gerais.....	191
7.1.1.	Cabimento	191
7.1.1.1.	Apelação em face de decisões interlocutórias	194
7.1.2.	Efeitos.....	201
7.1.2.1.	Efeito devolutivo.....	202
7.1.2.2.	Efeito suspensivo	207
7.1.3.	Procedimento	209
7.1.3.1.	Juízo de admissibilidade	209
7.1.3.2.	A teoria da causa madura	210

Capítulo 8 **AGRAVO DE INSTRUMENTO** **217**

8.1.	Cabimento.....	217
8.1.1.	Natureza jurídica do rol do art. 1015.....	219

8.1.2. Impossibilidade de impugnar decisão que versa sobre instrução probatória por meio do agravo de instrumento	226
8.2. Efeitos	226
8.3. A formação do instrumento.....	227
8.4. O ônus de comunicar a interposição do agravo	233
8.5. Procedimento.....	236

Capítulo 9

AGRAVO INTERNO	239
9.1. Cabimento	239
9.2. Procedimento e efeitos	243
9.3. A multa pelo uso protelatório do agravo interno	245
9.4. Desnecessidade de impugnação autônoma de todos os capítulos da decisão monocrática.....	250

Capítulo 10

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO	251
10.1. Natureza jurídica: recurso?.....	251
10.2. Cabimento	251
10.3. Prazo.....	257
10.4. Efeitos	258
10.4.1. Efeito interruptivo no caso dos embargos de declaração intempestivos?.....	261
10.4.2. O efeito modificativo dos embargos de declaração.....	261
10.5. Competência.....	264
10.6. Uso abusivo dos embargos de declaração	265
10.6.1. A multa por embargos protelatórios	265
10.6.2. Os embargos de declaração dos embargos de declaração.....	267

Capítulo 11

RECURSO ORDINÁRIO	269
11.1. Cabimento.....	269
11.2. Admissibilidade e procedimento	274
11.3. Efeitos	277
11.4. descabimento de fungibilidade entre recurso ordinário e recurso especial.....	278

Capítulo 12

RECURSOS ESPECIAL E EXTRAORDINÁRIO	281
12.1. O gênero dos recursos extraordinários	281
12.2. Cabimento	282

12.2.1. Cabimento do recurso extraordinário.....	283
12.2.2. Cabimento do recurso especial	292
12.2.2.1. (Im)possibilidade de impugnar acórdão que inadmite a instauração do IRDR.....	300
12.2.2.2. Interposição de RE e REsp em face de acórdão em IRDR....	300
12.2.3. Recurso especial e extraordinário adesivo	301
12.3. Características comuns aos recursos especial e extraordinário.....	303
12.3.1. Efeito devolutivo restrito	303
12.3.2. Necessidade de esgotamento das instâncias ordinárias.....	309
12.3.3. Necessidade de interposição simultânea do recurso especial e do recurso extraordinário	311
12.3.4. Duplo juízo de admissibilidade	313
12.3.5. Críticas à redação do art. 1.030 do CPC/15 alterada pela Lei nº 13.256/2016.....	315
12.3.6. Fungibilidade.....	316
12.3.7. Prequestionamento.....	317
12.3.8. Prequestionamento e os fundamentos das razões de apelação desprezados no acórdão que deu integral provimento ao recurso.....	322
12.4. Repercussão geral	322
12.4.1. Espécies	322
12.4.2. Competência para apreciação da repercussão geral	326
12.4.3. Aspectos procedimentais	327
12.5. critério de relevância do recurso especial.....	329
12.6. Técnica de julgamento de recursos repetitivos.....	330
12.6.1. Possibilidade de o recurso especial ser julgado a despeito de a questão estar aguardando julgamento sob a sistemática da repercussão geral no âmbito do STF.....	335
12.6.2. Momento em que cessa a suspensão dos processos determinada pelo relator no âmbito do IRDR após a interposição de recurso especial ou extraordinário.....	336
12.6.3. Eficácia vinculante do julgamento de recurso representativo.....	336
12.6.3.1. Comunicação ao Senado Federal da declaração de inconstitucionalidade em sede de recurso extraordinário, para fins de suspensão da execução da lei declarada inconstitucional.....	339
Capítulo 13	
AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO.....	341
13.1. Cabimento.....	341
13.2. Procedimento e efeitos.....	344

Capítulo 14**EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA 351**

14.1. Cabimento..... 351

14.2. Efeitos 357

**PARTE III
OUTROS MEIOS DE REVISÃO DE DECISÕES****Capítulo 15****AÇÃO RESCISÓRIA 363**

15.1. As ações autônomas de impugnação a decisões. Conceito de ação rescisória . 363

15.2. Requisitos 364

15.2.1. Atos passíveis de rescisória 364

15.2.2. Trânsito em julgado 370

15.2.3. Observância do prazo para propositura 370

15.2.3.1. Regras especiais quanto ao prazo da rescisória 374

15.2.3.2. Termo inicial do prazo de ajuizamento de ação rescisória quando há insurgência recursal da parte contra a inadmissão de seu recurso 377

15.2.3.3. Impacto da renúncia ou desistência do recurso que enseja o trânsito em julgado e o termo inicial da rescisória 378

15.2.4. Observância de alguma das hipóteses de cabimento da ação rescisória..... 379

15.2.4.1. Ação rescisória como sucedâneo de embargos de declaração?..... 391

15.2.4.2. Ação rescisória em face de decisão de suspensão de liminar 391

15.3. Juízo de admissibilidade e de mérito..... 391

15.4. Legitimidade..... 394

15.4.1. Legitimidade ativa..... 394

15.4.2. Legitimidade passiva..... 396

15.4.2.1. Ilegitimidade passiva do autor da ação originária em sede de rescisória que se discute verba honorária sucumbencial 397

15.5. Competência..... 397

15.6. Procedimento da ação rescisória 402

15.6.1. Limites do julgamento do recurso especial em face de acórdão em ação rescisória..... 405

15.7. Distinguindo a ação rescisória e a ação anulatória (art. 966, § 4.º, CPC) 406

15.8. Diferenciando a ação rescisória e a *querela nullitatis*..... 407

15.8.1. Características essenciais..... 409

Capítulo 16**REMESSA NECESSÁRIA..... 413**

16.1. Natureza jurídica e constitucionalidade 413

16.2. Cabimento 416

16.3. Procedimento e recursos da decisão do reexame 424

Capítulo 17**RECLAMAÇÃO..... 429**

17.1. Histórico e fundamentos 429

17.2. Conceito, natureza jurídica e finalidade..... 430

17.3. Cabimento 434

17.3.1. Reclamação da reclamação? 438

17.3.2. Reclamação e decisão transitada em julgado 438

17.3.3. Necessidade de interposição de recurso em face da decisão objeto de reclamação? 439

17.3.4. Cabe reclamação contra decisão de Juizado Especial que contraria entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça? 441

17.3.5. A reclamação pode ser utilizada como instrumento para a distinção de precedente ou sua interpretação? 446

17.3.6. Reclamação e súmula vinculante 449

17.3.7. Reclamação e controle concentrado de constitucionalidade 452

17.3.7.1. Reclamação, ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e ação declaratória de inconstitucionalidade (ADC) 452

17.3.7.2. Reclamação e arguição de descumprimento de preceito fundamental 455

17.4. Legitimidade 457

17.5. Tribunais que podem ter sua decisão passível de reclamação 460

17.6. Aspectos formais e procedimentais 462

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 471